



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
21 DE AGOSTO DE 2018

N.º 17/2018

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: José Manuel Moreira Lopes, Prof. Urbano Salgueiro Vidal e
Norberto Pinto Teixeira. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

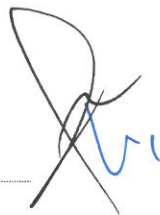
LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	Pág.
II – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Confeção e Distribuição de Refeições para os Alunos das EB1 e JI de Santa Marta de Penaguião e Campo de Férias – Ratificação de Despacho	4
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
2 – Anulação de faturas de água	7
Serviços de Tesouraria	
3 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 03 a 16 de agosto de 2018	9
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
4 - Proposta de sinalização vertical e horizontal para o Concelho de Santa Marta de Penaguião	9
5 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: Ana Raquel Taveira da Silva Cardoso – Freguesia de Fontes	10
6 - Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: Fernando Gouveia Feliciano – União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	12
7 - Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: Manuel Canário Taveira – Freguesia de Fontes	14
8 - Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência.....	16



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Educação

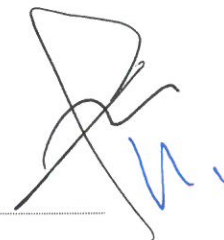
- 9 – Aquisição de Manuais Escolares para os Alunos do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico
– Retificação de Deliberação 17

Serviço da Cultura

- 10 – Centro Cultural e Desportivo de Fontes – Festas da Senhora do Viso - Pedido de
Subsídio 17

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 11 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 19



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- NADA A REGISTRAR -----

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Confeção e Distribuição de Refeições para os Alunos
das EB1 e JI de Santa Marta de Penaguião e Campo de
Férias – Ratificação de Despacho**

----- 1 – Presente à reunião, para ratificação, despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 13 de agosto do corrente ano, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sobre o seguinte assunto: -----

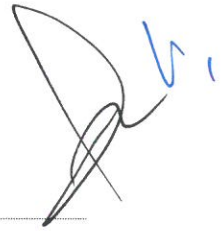
----- “À consideração do Ex.º Senhor Presidente da Câmara: -----

----- O contrato de prestação de serviços para a confeção e distribuição de refeições para os Alunos das EB1 e Jardins de Infância (JI) de Santa Marta de Penaguião terminou no final do último ano letivo. -----

----- Pelo exposto e considerando o intuito de proporcionar uma refeição saudável e equilibrada a todos os alunos que frequentam o 1º Ciclo de Ensino Básico (EB1) no Concelho de Santa Marta de Penaguião, assim como às crianças que frequentam os Jardins de Infância (JI) de Lobrigos (São João Baptista) e de Santa Marta, pretende-se celebrar um contrato de prestação de serviços de confeção e distribuição de 30.000 refeições/ano letivo. -----

----- Por outro lado, considerando que o Município pretende dar continuidade à realização do Campo de Férias, de forma a proporcionar umas férias saudáveis às crianças do concelho e a ajudar as famílias que durante o decurso do período de férias escolares têm dificuldade no acompanhamento dos seus educandos, constituindo, assim, um importante fator de desenvolvimento sociocultural, prevendo, ainda, a conciliação entre a vida familiar e profissional das famílias. -----

----- Considerando que de acordo com o estipulado na alínea d) do artigo n.º 12 (Direitos do Participante), conjugado com a alínea d) do artigo 15.º (Deveres da Entidade Promotora) do



Regulamento do Campo de Férias do Município de Santa Marta de Penaguião, os participantes têm direito a usufruir da alimentação variada em qualidade e quantidade fornecida pela entidade organizadora, prevendo-se uma necessidade de 8.000 refeições/ano. -----

----- Nesse sentido pretende-se celebrar um contrato de prestação de serviços de confeção e distribuição de refeições para os alunos que frequentam o 1º Ciclo de Ensino Básico (EB1) no Concelho de Santa Marta de Penaguião, assim como às crianças que frequentam os Jardins de Infância (JI) de Lobrigos (São João Baptista) e de Santa Marta, assim como para os participantes no Campo de Férias, pelo prazo de 12 meses, podendo o mesmo ser prorrogado por iguais períodos se nenhuma das partes o renunciar num prazo mínimo de 60 dias até ao limite de três anos, cumprindo o disposto no artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 18/2009, de 29 de Janeiro, com a atual redação. -----

----- Considerando o preço base de 72.960,00 €/ano, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, verificamos que é cumprido o exposto n.º 2 do artigo 61.º da LOE2018, uma vez que o mesmo está calculado de acordo com o preço unitário, que serviu de base de cálculo dos gastos com contratos de aquisição de serviços com idêntico objeto de contrato vigente em 2017. -----

----- Considerando o valor referido no ponto anterior e que esta despesa está prevista nas rubricas orçamentais 2.1.2. 02. 02.02.25, inscrita no n.º 2014/A/42 – Pj/Ac n.º 02/14 e 2.5.2. 02. 02.02.25, inscrita no n.º 2018/A/3 – Pj/Ac n.º 01/18 ambas do PAM (Plano de Atividades Municipal), foi elaborado o respetivo cabimento (PRC n.º 1097). -----

----- Considerando ainda que a Assembleia Municipal em sessão de 07/12/2017, para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA) e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, desde que os encargos resultantes do contrato não excedam o limite 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

----- Considerando que nos termos do n.º 1 artigo 36.º e do artigo 38.º ambos do CCP, o procedimento de formação de qualquer contrato se inicia com a decisão de contratar e que a escolha do procedimento de formação do contrato cabe ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar e ao órgão competente para a decisão de contratar; -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 17 de 21 de agosto de 2018



----- Considerando que de acordo com o artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, compete à Câmara Municipal autorizar a correspondente despesa; -----

----- Considerando que com vista à adjudicação do contrato de aquisição do serviço referido, será o concurso público com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos e que o mesmo é moroso; -----

----- Considerando a necessidade em contratar este serviço antes do início do ano letivo, pelo que importa dar início ao processo de contratação pública o mais breve possível; -----

----- Considerando que a reunião ordinária do Executivo Municipal se realizará, no próximo dia 21 de agosto e por questão de economia não é oportuna a realização de uma reunião extraordinária;

----- Considerando que o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, permite que o Presidente da Câmara pratique quaisquer atos da competência da câmara municipal, quando por motivos de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade. -----

----- Pelo exposto **sugere-se** que o Sr. Presidente da Câmara ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 36.º e artigo 38.º ambos do CCP, **determine**: -----

----- a) A **decisão** de contratar, a autorização de despesa e a abertura do procedimento de concurso público, para a contratação da prestação do serviço de confeção e distribuição de refeições para os alunos das EB1 e JI de Santa Marta de Penaguião e Campo de Férias; -----

----- b) A **aprovação** do preço base, definido nos termos do art.º 47.º do CCP, propondo-se o valor de 218.880,00 €, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor; -----

----- c) A **aprovação** do caderno de encargos, o programa de procedimento e a minuta do anúncio no Diário da República anexos; -----

----- d) A **designação** como júri do procedimento (n.º 1 do artigo 67.º do CCP) os seguintes trabalhadores: -----

----- - Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Técnico Superior – Presidente do Júri; -----

----- - M.ª de Lurdes Araújo Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica. -----

----- - Cristina M.ª Martins Coelho, Assistente Administrativa. -----

----- Suplentes: -----

----- - Eng.ª M.ª Adelaide Rodrigues Vaz Machado Sanfins, Técnica Superior; -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 17 de 21 de agosto de 2018

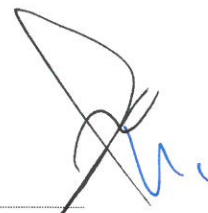


- - Cidália de Fátima Pinto Monteiro, Coordenadora Técnica -----
- e) A **designação** como Gestor do Contrato (al.^a i) do n.º 1, do artigo 96.º e artigo 209-A, ambos do CCP) a Técnica Superior Gina Maria Almeida Martinho. -----
- f) Que o respetivo despacho seja presente à próxima reunião da Câmara Municipal nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da supracitada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
- Sobe com informação do Senhor Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos: -----
- “À consideração do Exm.º Senhor Presidente da Câmara: a presente informação encontra-se de acordo com a legislação vigente sobre a matéria.” -----
- Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, a ratificar, com o seguinte teor: -----
- “Determino a autorização da despesa e a abertura do Procedimento do Concurso Público em questão. -----
- Aprovo o preço base, caderno de encargos e o programa de procedimento. -----
- Designo o júri, nos termos propostos. -----
- Designo ainda como Gestor de Contrato, a Técnica Superior, Gina Maria Almeida Martinho. -
- À reunião de Câmara para ratificação”. -----
- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

Anulação de faturas de água

- 2 – Presente à reunião informação do Serviço de Águas, com o seguinte teor: -----
- “Venho por este meio solicitar a V.^a Exa, autorização para anular duas faturas recibo de água, e a sua substituição através de uma nota de crédito. -----



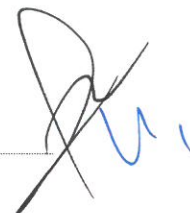
----- Uma referente ao processamento de Junho, do consumidor nº 623, Sr.^a Elsa Maria Martins Borges Esteves, residente na Rua da Igreja nº 320, em S. Miguel de Lobrigos. O recibo em causa é processado por débito direto e só foi detetado o engano na leitura no final do mês. Apresenta uma leitura de 39m³ a que corresponde um total de 180,37€, quando deveria apresentar um consumo de 9 m³ num total de 22,23€. -----

----- A outra fatura recibo é do mês de Julho, do consumidor nº 6244, Maria Aurora Nogueira Coutinho Esteves Gonçalves, residente na Rua dos Combatentes, 2º Dt, em Santa Marta de Penaguião. -----

----- Aqui tratou-se de uma mudança da titularidade em que a aplicação assumiu o consumo total da instalação anterior, o que originou uma fatura recibo com 898m³ num total de 5.256,09€, em vez de 0m³, dado que a habitação em causa se encontra fechada e que corresponde ao valor de 3.59€. -----

----- Assim, uma vez que houve lapso dos serviços na emissão das faturas atrás referenciadas, propõe-se que o assunto seja presente à reunião do Executivo Municipal a fim de deliberar e autorizar a referida substituição." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a anulação das faturas e a emissão das respetivas notas de crédito, nos termos da informação dos serviços. -----**



Serviços Tesouraria

**Resumo dos Fluxos de Caixa de 03 a 16
de agosto de 2018**

----- 3 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 03 a 16 de agosto de 2018, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	16/08/2018
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		193 827,95	Despesas Orçamentais	3 940 125,20
Execução orçamental	92 951,81		Correntes	3 409 476,38
Operações de tesouraria	100 876,14		Capital	530 648,82
Receitas Orçamentais		4 215 132,89	Operações de tesouraria	275 873,06
Correntes	3 926 460,79		Saldo para o dia seguinte:	437 633,01
Capital	288 672,10		Execução orçamental	367 959,50
Operações de tesouraria		244 670,43	Operações de tesouraria	69 673,51
Total		4 653 631,27	Total	4 653 631,27

----- Deliberação: Tomar conhecimento. -----

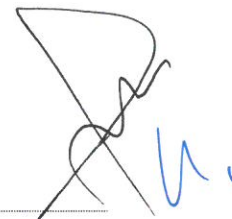
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Proposta de sinalização vertical e horizontal para
o Concelho de Santa Marta de Penaguião**

----- 4 – Presente à reunião proposta da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e de Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- "I – Enquadramento -----

----- Decorrido um significativo hiato temporal entre a última proposta de sinalização vertical e horizontal para o concelho de Santa Marta de Penaguião, datada de 2006, surgiu a necessidade



de elaborar uma proposta no sentido de dar uma resposta cabal aos constrangimentos que se registam em matéria de trânsito e sinalização no concelho. -----

----- Neste quadro, os serviços técnicos elaboraram a proposta, anexa, à presente informação, que foi submetida à apreciação da Comissão de Trânsito de Santa Marta de Penaguião, em 13 de Julho de 2018, tendo obtido parecer favorável. -----

----- II – Proposta em sentido estrito -----

----- Em coerência com as razões de facto enunciadas, tomo a liberdade de propor ao Executivo Municipal que aprove a proposta de sinalização vertical e horizontal para o Concelho de Santa Marta de Penaguião, em anexo.” -----

----- **Deliberação: Aprovado, por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador do PPD/PSD,**

Norberto Pinto Teixeira, o qual disse o seguinte: “A minha abstenção quanto a esta proposta tem a ver com a devida seriedade do assunto que integra o ponto em questão que exige um aprofundado estudo para melhorar a sinalética do Concelho.” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, em resposta à declaração do Senhor Vereador do PPD/PSD, disse: “Registamos com admiração a falta de conhecimento do assunto em questão manifestada pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, tendo em conta que a proposta de sinalização incorpora as propostas apresentadas pelo Senhor Vereador Daniel Teles.” -----

Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo

54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: Ana Raquel

Taveira da Silva Cardoso – Freguesia de Fontes

----- 5 – Presente à reunião requerimento da Senhora Ana Raquel Taveira da Silva Cardoso, na qualidade de proprietária, a solicitar a emissão de parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação, para efeitos de celebração de uma escritura de doação de um prédio. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 17 de 21 de agosto de 2018



-----“1. INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, a Sr.ª Ana Raquel Taveira da Silva Cardoso, na qualidade de proprietária, solicitou a emissão de parecer favorável a que se refere o artigo 54.º da Lei 91/95, de 2 de Setembro, e ulteriores alterações, para instruir a escritura de doação do prédio que passo a descrever: -----

----- - prédio rústico, sito no lugar da Cumieira, com a área de 375 m², inscrito na matriz predial sob o artigo 1441-B, da Freguesia Fontes, e descrito na Conservatória do Registo de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 3730. -----

----- 2. PARECER -----

----- 2.1. Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- 2.2. Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujo, extrato se encontra anexo, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
1441-B	PDM	O prédio rústico insere-se em Espaços de expansão predominantemente habitacionais de nível I – UOPG5

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- De acordo com o pedido em questão, pretende a requerente constituir o regime de compropriedade sobre o citado prédio, na proporção de 1/2 indivisa para o seguinte donatário: João Paulo da Assunção Cardoso. -----



----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de doação, visando a constituição do regime de compropriedade no artigo 1441-B, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do n.º 2 do artigo 54.º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição do regime de compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos.** -----

Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: Fernando Gouveia Feliciano – União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane

-----6 – Presente à reunião requerimento do Senhor Fernando Gouveia Feliciano, na qualidade de proprietário, a solicitar a emissão de parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação, para efeitos de celebração de uma escritura de doação de um prédio. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos -----

-----“1. INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, o Sr. Fernando Gouveia Feliciano, na qualidade de proprietário, solicitou a emissão de parecer favorável a que se refere o artigo 54.º da Lei 91/95, de 2 de Setembro, e ulteriores alterações, para instruir a escritura de doação do prédio que passo a descrever: -----



----- - prédio rústico, sito no lugar de lamas, com a área de 428 m², inscrito na matriz predial sob o artigo 173-C da União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João de Baptista) e Sanhoane, e descrito na Conservatória do Registo de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 799. –

----- 2. PARECER -----

----- 2.1. Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- 2.2. Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujo, extrato se encontra anexo, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

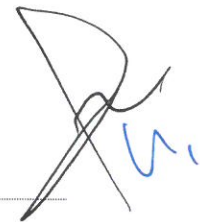
Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
173-C	PDM	O prédio rústico insere-se em espaços predominantemente habitacionais de nível II

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- De acordo com o pedido em questão, pretende a requerente constituir o regime de compropriedade sobre o citado prédio, na proporção de 1/2 indivisa para a seguinte donatária: Adelaide Maria da Rocha Pinto Feliciano. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de doação, visando a constituição do regime de compropriedade no artigo 173-C, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do n.º 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----



----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54.º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição do regime de compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos.** -----

**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo
54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: Manuel
Canário Taveira – Freguesia de Fontes**

----- 7 – Presente à reunião requerimento do Senhor Manuel Canário Taveira, na qualidade de proprietário, a solicitar a emissão de parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação, para efeitos de celebração de uma escritura de doação de um prédio. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos -----

----- "1. INTRODUÇÃO -----

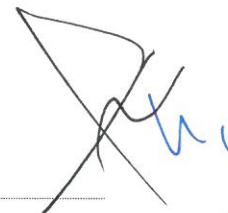
----- Através do requerimento supra identificado, o Sr. Manuel Canário Taveira, na qualidade de proprietário, solicitou a emissão de parecer favorável a que se refere o artigo 54.º da Lei 91/95, de 2 de Setembro, e ulteriores alterações, para instruir a escritura de doação do prédio que passo a descrever: -----

----- - prédio rústico, sito no lugar do Outeiro, com a área de 250 m², inscrito na matriz predial sob o artigo 1556-B, da Freguesia Fontes, e descrito na Conservatória do Registo de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 1191. -----

----- 2. PARECER -----

----- 2.1. Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe "Medidas Preventivas", "a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do



número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios". -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o "parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana". -----

----- 2.2. Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujo, extrato se encontra anexo, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
1556-B	PDM	O prédio rústico insere-se em Espaços predominantemente habitacionais de nível II

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- De acordo com o pedido em questão, pretende o requerente constituir o regime de compropriedade sobre o citado prédio, na proporção de 1/2 indivisa para cada um dos seguintes donatários: Cipriano Manuel da Costa Taveira e Cláudia Teresa da Costa Taveira. -----

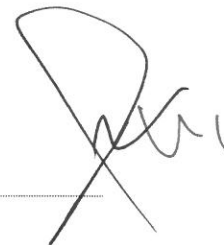
----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de doação, visando a constituição do regime de compropriedade no artigo 1556-B, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição do regime de compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos.** -----



**Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
(IMT) – Exercício do Direito de Preferência**

----- 8 – Presente à reunião informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I - ENQUADRAMENTO NA LEI -----

----- Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 55.º do Código do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 Novembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 211/2005, de 7 de Dezembro a Direcção-Geral dos Impostos disponibiliza, por via eletrónica, à câmara municipal da área da situação do imóvel a informação relativa às escrituras lavradas no mês anterior. -----

----- Neste contexto, os serviços técnicos procederam à consulta on-line ao modelo 1 disponível no site da Direcção Geral de Finanças referente aos meses de junho e julho, de 2018. -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 55º do supracitado Código, sob a epígrafe “*Direito de preferência de organismos públicos*”, pode ler-se “se, por indicação inexata do preço, ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o Estado, as autarquias locais e demais pessoas colectivas de direito público, representados pelo Ministério Público, poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os tribunais comuns e provem que o valor por que o IMT deveria ter sido liquidado excede em 30% ou em (euro) 5000, pelo menos, o valor sobre que incidiu”. -----

----- II - ANÁLISE DOS VALORES DE VENDAS E DO VALOR DE LIQUIDAÇÃO DO IMT -----

----- Da análise dos valores de venda declarados dos bens no espaço temporal em questão constatamos que os referentes aos prédios rústicos são extremamente baixos. -----

----- III - PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que atualmente a Câmara Municipal não tem programado estudos urbanísticos prévios para as áreas em que se localizam os inúmeros imóveis que constam da relação anexa nem dispõem de projetos de obras municipais aprovados ou em fase de elaboração, estes Serviços Técnicos são de entendimento que, a Câmara Municipal não deverá exercer o direito de preferência dos prédios que constam dos documentos anexos. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência, nos termos da informação dos serviços.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO
Serviço da Educação**

**Aquisição de Manuais Escolares para os Alunos
do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico
– Retificação de Deliberação**

----- 9 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Na reunião de Câmara de 19 de junho de 2018 foi aprovado, por unanimidade, nos termos da proposta apresentada, atribuir os livros de fichas ao 1º e 2º ciclo e os manuais e livros de fichas ao 3º ciclo, deliberando favoravelmente a despesa até 17.000,00€. -----

----- No entanto, face ao recálculo de todos os livros que são necessários adquirir perante o registo da Rede Escolar do Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião, propõe-se a retificação do valor inicial para 30.500,00€, com iva incluído à taxa legal. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, retificar a deliberação da Câmara Municipal de 19 de junho do corrente ano, nos termos da proposta e autorizar a despesa até ao montante de 30.500,00€ (trinta mil e quinhentos euros), com IVA incluído à taxa legal em vigor. -----**

Serviço da Cultura

**Centro Cultural e Desportivo de Fontes – Festas
da Senhora do Viso - Pedido de Subsídio**

----- 10 – Presente à reunião do Centro Cultural e Desportivo de Fontes, registado sob o n.º 1730, de 13 do corrente mês de agosto, com o seguinte teor: -----



----- “Como é do conhecimento de V. Ex.^a realizar-se-á nos dias 30 e 31 de agosto, 1 e 2 de setembro as festividades em Honra da Senhora do Viso. -----

----- Pela sua história e tradição, a festa em honra da Senhora do Viso é um evento que claramente contribui para o desenvolvimento cultural, social, turístico e económico da freguesia e do concelho, pela capacidade de atração de pessoas oriundas das freguesias e concelhos vizinhos, bem como de toda a região. -----

----- Porque se pretende dar continuidade à tradição o programa da festa para 2018 constará da tradicional alvorada de foguetes, do romper das bandas e respetiva arruada pelas ruas da freguesia, do concerto das bandas nos coretos do Santuário, dos conjuntos musicais, do arraial e da procissão de triunfo em honra da Senhora do Viso. -----

----- Face ao exposto, vimos por este meio solicitar a V. Ex.^a um subsídio para minimizar os custos com a sua realização. -----

----- Na certeza de que não ficará indiferente a esta nossa solicitação, -----

----- Com os melhores cumprimentos, -----

----- Pela Comissão Organizadora -----

----- Eurico Coutinho -----

----- Presidente da Direção do CCD” -----


----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira, no valor de 1.250,00€ (mil, duzentos e cinquenta euros), ao Centro Cultural e Desportivo de Fontes, para a realização da Festa da Senhora do Viso, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis.** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião


----- 11 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)